



RELATÓRIO DE CORREIÇÃO VIRTUAL

Autos nº 0000298-36.2016.8.24.0600

Ação: Correição Ordinária / Correição Geral Ordinária

Requerente: Corregedoria-Geral da Justiça de Santa Catarina

Requerido: Juízo de Direito da Vara Única da comarca de Lebon Régis

ATIVIDADE CORREICIONAL

INFORMAÇÕES PRELIMINARES

Número da portaria: 8/2016 – CGJ

Período da correição: 4-4-2016 a 6-6-2016.

EQUIPE CORREICIONAL

Juíza-Corregedora: Simone Boing Guimarães

Assessora Técnica Correicional: Perla Maria Fusinatto Schappo

Assessora Correicional: Fernanda Cittadin Baggio



INTRODUÇÃO

Este relatório tem por objetivo apresentar um diagnóstico sobre o funcionamento da Unidade Jurisdicional após a coleta de dados realizada durante o período da correição.

Dessa forma, busca-se auxiliar e orientar a unidade, a fim de verificar se está cumprindo o padrão mínimo de funcionamento exigido pelo Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça e outras determinações procedimentais emanadas do Conselho Nacional de Justiça, da Presidência do Tribunal de Justiça e da Corregedoria-Geral da Justiça.

Cumprindo as disposições contidas na Circular CGJ/SC n. 189/2015 e na portaria que consta dos autos digitais do processo CGJ epigrafado, realizou-se a correição virtual a seguir relatada.

Com a finalidade de captar os dados referentes aos serviços forenses judiciais, no que tange aos registros e tramitação processual, foram utilizados relatórios próprios, extraídos do Programa Inspeção Virtual, do Sistema de Automação da Justiça de Primeiro Grau – SAJ, SAJ Estatística, dos sistemas do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e do Cadastro Único Informatizado de Adoção e Abrigo/Ceja - Cuida.

A verificação da observância do Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça e de outras determinações procedimentais emanadas do Conselho Nacional de Justiça, da Presidência do Tribunal de Justiça e da Corregedoria-Geral da Justiça deu-se por meio da emissão dos relatórios mencionados anteriormente.



DADOS DA UNIDADE

Comarca: Lebon Régis

Unidade: Vara Única

Municípios integrantes: Lebon Régis

Juiz titular: Rui César Lopes Peiter

Chefe de cartório: Márcio Vicente Cruz

Última correição por equipe da CGJ/SC: 9-9-2013 a 8-11-2013 (Autos n. 0012386-14.2013.8.24.0600).

Entrância: Inicial

Observações:



1 INFORMAÇÕES DO CARTÓRIO

1.1 ESTATÍSTICA PROCESSUAL - Processos físicos + eletrônicos

	Indicador	Valor
1.1.1	Processos em andamento + procedimentos em andamento	2.914
1.1.2	Processos em andamento	2.489
1.1.3	Procedimentos em andamento	425
1.1.4	Observações	
a) Informações obtidas mediante consulta ao SAJ Estatística (Relatório Gerencial da Vara). Mês de referência junho de 2016.		
b) Destaca-se que do total de processos em tramitação na unidade, 317 referem-se a processos de Execução Fiscal.		
c) Destaca-se que do total de processos em tramitação na unidade, 142 referem-se a processos do Juizado Especial Cível.		
d) Destaca-se que do total de processos em tramitação na unidade, 227 referem-se a processos do Juizado Especial Criminal.		

1.2 ESTATÍSTICA PROCESSUAL – Processos eletrônicos

	Indicador	Valor
1.2.1	Processos em andamento + procedimentos em andamento	2.892
1.2.2	Processos em andamento	2.467
1.2.3	Procedimentos em andamento	425
1.2.4	Observações	
a) Informações obtidas mediante consulta ao SAJ Estatística (Relatório Gerencial da Vara). Mês de referência junho de 2016.		

1.3 ESTATÍSTICA PROCESSUAL – Processos conclusos

	Indicador	Eletrônicos	Físicos	Total
1.3.1	Quantidade total de processos com o juiz	604	4	608
1.3.1.1	Observação			
a) Informações obtidas mediante consulta ao SAJ Estatística (Relatório Gerencial da Vara). Mês de referência junho de 2016.				

1.4 ESTATÍSTICA PROCESSUAL – Processos distribuídos

	Período	Total	Média mensal
1.4.1	Janeiro a dezembro de 2014	1.402	116,83
1.4.2	Janeiro a dezembro de 2015	1.779	148,25
1.4.3	Janeiro a maio de 2016	675	135,00
1.4.4	Observações		
a) Informações obtidas mediante consulta ao SAJ Estatística (Relatório Totalizador de Distribuições), referente ao corrente ano e aos dois últimos anos anteriores ao da realização da correição.			



1.5 FILAS DE TRABALHO – Processos eletrônicos

	Indicador		Valor
1.5.1	Processos nas filas de trabalho há mais de 100 dias		530
Cível – Genérico – Processo			
1.5.1.1	Ag. Encerramento do Ato	34	
1.5.1.2	A. Prazo	9	
1.5.1.3	BacenJud – Concluso Decisão	2	
1.5.1.4	Concluso para Decisão Interlocutória	16	
1.5.1.5	Concluso para Despacho	92	
1.5.1.6	Concluso para Despacho Saneador	5	
1.5.1.7	Concluso para Sentença	3	
1.5.1.8	Cumprir Hasta Pública	4	
1.5.1.9	Escrivão	1	
1.5.1.10	Excepcional	1	
1.5.1.11	2ª Hasta Pública	1	
Criminal – Genérico – Processo			
1.5.1.12	Ag. Análise do Cartório	5	
1.5.1.13	Ag. Encerramento do Ato	16	
1.5.1.14	Ag. Prazo	106	
1.5.1.15	Concluso para Sentença	10	
1.5.1.16	Cumprir - Urgente	2	
1.5.1.17	Recebido do Juiz - Despacho	2	
1.5.1.18	Recebido do Juiz - Sentença	5	
1.5.1.19	Recebido do Tribunal / Turma	1	
1.5.1.20	Processo Remetidos à Delegacia de Polícia	96	
Execução Fiscal – Processos			
1.5.1.21	Ag. Análise do Cartório	5	
1.5.1.22	Ag. Encerramento do Ato	4	
1.5.1.23	Concluso para Decisão Interlocutória	10	
1.5.1.24	Concluso para Sentença	2	
1.5.1.25	Cumprir Hasta Pública	5	
Execução Penal – Processo			
1.5.1.26	Ag. Administrativo	2	
1.5.1.27	Ag. Análise do Cartório	1	
1.5.1.28	Medida de Segurança / Internação	1	
Família – Processo			
1.5.1.29	Ag. Audiência	2	
1.5.1.30	Ag. Encerramento do Ato	19	
1.5.1.31	Ag. Prazo	13	
1.5.1.32	Concluso para Sentença	1	
Juizado Especial Cível – Processo			
1.5.1.33	Ag. Prazo	1	
1.5.1.34	BacenJud – Concluso para Decisão	2	
1.5.1.35	Concluso para Decisão Interlocutória	2	
1.5.1.36	Concluso para Despacho	9	
1.5.1.37	Concluso para Sentença	1	



ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
Corregedoria-Geral da Justiça

fls. 114

1.5.1.38	Concluso para Sentença	1	
1.5.1.39	Cumprir Hasta Pública	1	
Juizado Especial Criminal			
1.5.1.40	Ag. Análise do Cartório	5	
1.5.1.41	Ag. Encerramento do Ato	3	
1.5.1.42	Ag. Prazo	4	
1.5.1.43	Análise do Cartório – Trânsito em Julgado	23	
1.5.1.44	Concluso para Sentença	2	
1.5.1.45	Remetidos à Delegacia de Polícia	1	



1.5.1.46	Observações
<p>a) Informações obtidas em 11-7-2016.</p> <p>b) Na data de 11-7-2016 foi verificado o fluxo de trabalho dos processos eletrônicos e foram analisadas as seguintes filas:</p> <p>b.1) Ag. Análise do Cartório: existem 67 processos na fila. O mais antigo data de 9-4-2013. Ag. Análise Cartório – Citação: existem 6 processos na fila. O mais antigo data de 4-7-2016.</p> <p>b.2) Cumprir urgente: existem 60 processos na fila. O mais antigo data de 25-2-2016.</p> <p>b.3) Recebido do Juiz: existem 3 processos na fila. O mais antigo data de 8-7-2016. Recebido do Juiz – Despacho: existem 29 processos na fila. O mais antigo data de 14-10-2015. Recebido do Juiz – Decisão: existem 42 processos na fila. O mais antigo data de 9-4-2016. Recebido do Juiz – Sentença: existem 34 processos na fila. O mais antigo data de 29-2-2016.</p> <p>b.4) Escrivão: existem 28 processos na fila. O mais antigo data de 1-4-2016.</p> <p>b.5) Ag. Audiência: constatou-se a existência de 10 processos com audiências já realizadas ou sem designação de audiência. Cumprir Audiência: constatou-se a existência de 1 processo com audiência já realizada ou sem designação de audiência.</p> <p>b.6) Arquivado Definitivamente: foram analisados 5 processos (n. 0000847-11.2008.8.24.0088, [REDACTED], 0000159-68.2016.8.24.0088, [REDACTED], 0001139-54.2012.8.24.0088), por amostragem. Verificou-se que em todos há decisão determinando o arquivamento e nos três últimos processos não há certidão do art. 327 CNCGJ (Provimento n. 1/2016 – CGJ e Resolução n. 33/2015 - TJ). Ressalta-se que nos dois primeiros processos, estes foram arquivados anteriormente a alteração do art. 327 do CNCGJ, não sendo necessária a certidão de arquivamento.</p> <p>b.7) Processo Suspenso: foram analisados 5 processos (n. 0300350-11.2014.8.24.0088, [REDACTED], 0300354-48.2014.8.24.0088, [REDACTED], 0800101-08.2011.8.24.0088), por amostragem. Verificou-se que em todos há decisão determinando a suspensão.</p>	



1.6 PROCESSOS AGUARDANDO IMPULSO

MOVIMENTAÇÃO/SENTENÇA

	Indicador	Padrão de conformidade	Primeira verificação	Segunda verificação
1.6.1	Processos sem movimento há mais de 180 dias	O relatório não deve trazer registro	341	187
1.6.1.1	Percentual de processos sem movimentação há mais de 180 dias em relação ao total de processos em andamento na unidade.		11,80%	6,47%
1.6.1.2	Observações	a) Primeira verificação: mês de referência fevereiro de 2016. b) Segunda verificação: mês de referência junho de 2016. c) Informações obtidas mediante consulta ao SAJ Estatística (Relatório Gerencial da Vara).		



	Indicador	Padrão de conformidade	Primeira verificação	Segunda verificação
1.6.2	Processos de perda e/ou suspensão do poder familiar com tramitação há mais de 120 dias – art. 163, ECA	O relatório não deve trazer registro	6	12
1.6.3	Processos ativos sem vinculação de assunto (tabelas processuais unificadas).		23	7
1.6.4	Audiências com situação “pendente” há mais de 30 dias.		97	1
1.6.5	Meta 2 – identificar e julgar até 31-12-2016, pelo menos 80% dos processos ativos e sem movimentação de sentença, distribuídos até 31-12-2012 e 100% dos processos ativos e sem movimentação de sentença, distribuídos até 31-12-2013, nos Juizados Especiais.		86	146
1.6.6	Meta 4 – identificar e julgar até 31-12-2016, pelo menos 70% das ações de improbidade administrativa e ações penais relacionadas a crimes contra a administração pública, distribuídas até 31 de dezembro de 2013.		5	7
1.6.7	Meta 6 – identificar e julgar até 31-12-2016, as ações coletivas distribuídas até 31-12-2013.		1	2
1.6.8	Observações	a) Primeira verificação em 29-3-2016. a.1) Itens 1.6.5 a 1.6.7: dados do mês de dezembro de 2015, extraídos do site desta Corregedoria (http://cgj.tjsc.jus.br/intranet/meta2/index.htm). As planilhas indicam a quantidade total de processos distribuídos até o ano referido em cada Meta do CNJ. b) Segunda verificação em 11-7-2016. b.1) Itens 1.6.5 a 1.6.7: dados do mês de abril de 2016 extraídos do site desta Corregedoria (http://cgj.tjsc.jus.br/intranet/meta2/index.htm). As planilhas indicam a quantidade total de processos distribuídos até o ano referido em cada Meta do CNJ.		



PENDÊNCIAS

1.6.9	Pendências em aberto (período de pesquisa: 1-1-1900 a 29-2-2016)	O relatório deve trazer os registros efetivamente pendentes	Primeira verificação	Segunda verificação
	Petição intermediária		146	69
	Peticionamento eletrônico		44	0
	Mandados		9	0
	AR		45	1
1.6.9.1	Observações	a) Primeira verificação em 29-3-2016. b) Segunda verificação em 11-7-2016.		

MANDADOS

	Indicador	Padrão de conformidade	Primeira verificação	Segunda verificação
1.6.10	Mandados em carga com oficial de justiça há mais de 30 dias	O relatório não deve trazer registros	22	4
1.6.10.1	Observações	a) Primeira verificação em 29-3-2016. b) Segunda verificação em 11-7-2016.		

PROCESSOS ELETRÔNICOS EM OUTROS SETORES

	Indicador	Valor			
		Primeira verificação		Segunda verificação	
		Total	+100d	Total	+100d
1.6.11	Outros setores				
1.6.11.1	Contadoria	11	0	12	0
1.6.11.2	Distribuição	1	0	0	0
1.6.11.3	Ministério Público	64	29	84	6
1.6.11.4	Serviço Social	4	0	9	0
1.6.11.5	Observações	a) Primeira verificação em 29-3-2016. b) Segunda verificação em 11-7-2016.			



PROCESSOS FÍSICOS EM CARGA

	Indicador	Valor			
		Primeira verificação		Segunda verificação	
1.6.12	Quantidade total de processos em carga	15		x	
	Local	Total	+100d	Total	+100d
	Cargas internas				
1.6.12.1	Juiz (Emerson Carlos Cittolin dos Santos)	1	0	0	0
1.6.12.2	Juiz (Livia Francio Rocha Cobalchini)	10	4	0	0
1.6.12.3	Juiz (Rui César Lopes Peiter)	0	0	4	0
	Cargas externas - Terceiros sem acesso ao SAJ				
1.6.12.4	Advogado	3	0	4	0
1.6.12.5	Perito	1	0	1	1
1.6.12.6	Observações				
	a) Primeira verificação: informações obtidas mediante consulta ao SAJ Estatística (Relatório Gerencial da Vara). Mês de referência janeiro de 2016. O juiz Emerson Carlos Cittolin dos Santos respondia pela unidade em janeiro de 2016, conforme Portaria GP n. 720 de 11-12-2015.				
	b) Segunda verificação: informações obtidas mediante consulta ao SAJ Estatística (Relatório Gerencial da Vara). Mês de referência junho de 2016.				



1.6.13 PROCESSOS COM MESMO LOCAL FÍSICO HÁ MAIS DE 30 DIAS					
	Indicador	Valor			
		Primeira verificação		Segunda verificação	
		Total	+ 30d	Total	+ 30d
	Atendimento				
1.6.13.1	Cartório - recebido do advogado	0	0	0	0
	Remessa/recebimento/relação/certificação				
1.6.13.2	Cartório – aguardando	1	0	2	0
1.6.13.3	Cartório – aguardando AR	0	0	0	0
1.6.13.4	Cartório – aguardando carta precatória	0	0	0	0
1.6.13.5	Cartório – aguardando confecção de relação	0	0	0	0
1.6.13.6	Cartório – aguardando mandado	1	1	0	0
1.6.13.7	Cartório – aguardando publicação de relação	0	0	0	0
1.6.13.8	Cartório – arquivar	3	2	0	0
1.6.13.9	Cartório – escaninho da delegacia	0	0	0	0
1.6.13.10	Cartório – escaninho do advogado	0	0	0	0
1.6.13.11	Cartório – escaninho do juiz	0	0	1	0
1.6.13.12	Cartório – escaninho do juiz (assinaturas)	2	1	1	1
1.6.13.13	Cartório – escaninho do promotor	0	0	0	0
1.6.13.14	Cartório – prazo 1 a 31	3	1	4	1
1.6.13.15	Cartório – mesa do escrivão	1	0	0	0
1.6.13.16	Cartório – mesa do escrivão assinaturas	0	0	0	0
1.6.13.17	Cartório – mesa 01 a 10	1	0	1	0
	Expedição/cumprimento				
1.6.13.18	Cartório – cumprir despacho	1	0	0	0
1.6.13.19	Cartório – cumprir despacho urgente	1	1	0	0
1.6.13.20	Cartório – expedir alvará	0	0	0	0
1.6.13.21	Cartório – expedir correspondência	0	0	0	0
1.6.13.22	Cartório – expedir edital	0	0	0	0
1.6.13.23	Cartório – expedir formal	0	0	0	0
1.6.13.24	Cartório – expedir mandado	0	0	0	0
1.6.13.25	Cartório – expedir precatória	0	0	0	0
	Organização/juntada				
1.6.13.26	Cartório – aguardando juntada	0	0	0	0
1.6.13.27	Cartório – aguardando petição	0	0	0	0
1.6.13.28	Cartório – aguardando resposta de ofício	0	0	0	0
1.6.13.29	Observações				

a) Primeira verificação em 29-3-2016.
b) Segunda verificação em 11-7-2016.
c) Dados coletados do relatório de processos ativos por unidade, mediante filtro do "local físico" e "data do local físico".



1.7 REGISTROS CRIMINAIS

	Indicador	Padrão de conformidade	Primeira verificação	Segunda verificação
1.7.1	Acompanhamento de infrações penais - apresentação em aberto há mais de 30 dias.	O relatório não deve trazer registro	538	10
1.7.2	Acompanhamento de infrações penais - prestação em aberto há mais de 30 dias.		63	21
1.7.3	Acompanhamento de infrações penais - prestação pecuniária em aberto há mais de 30 dias.		144	32
1.7.4	Acompanhamento de infrações penais - multa penal em aberto há mais de 30 dias.		4	0
1.7.5	Acompanhamento de infrações penais - medida de segurança em aberto há mais de 30 dias.		0	0
1.7.6	Mandados de prisão em aberto com erros		19	1
1.7.7	Processos criminais com sentença condenatória sem a criação de PEC	O relatório não deve trazer registro de ação penal com sentença condenatória transitada em julgado sem PEC	211	191
1.7.8	Observações			
a) Primeira verificação em 29-3-2016. b) Segunda verificação em 11-7-2016.				

1.7.9	Réu preso	Provisório	O relatório deve conter os acusados presos em razão de prisões processuais e os apenados em regime aberto. Somente conterá os apenados com condenação definitiva (transitada em julgado) que estejam cumprindo pena em estabelecimentos penais da comarca. A quantidade de presos das unidades prisionais locais deve coincidir com o número informado no Cadastro Nacional de Inspeções em Estabelecimentos Penais	26	19
		Definitivo	42	34	
1.7.9.1	Réu preso - total		68	53	
1.7.9.2	Observações				
a) Primeira verificação em 29-3-2016. b) Segunda verificação em 11-7-2016.					



[REDACTED]	[REDACTED]	[REDACTED]	[REDACTED]
[REDACTED]	[REDACTED]	[REDACTED]	[REDACTED]
[REDACTED]	[REDACTED]	[REDACTED]	[REDACTED]
[REDACTED]	[REDACTED]	[REDACTED]	[REDACTED]
1.7.13	Observações		
a) Primeira verificação em 29-3-2016. b) Segunda verificação em 11-7-2016. b) Item 1.7.12: [REDACTED] [REDACTED] [REDACTED] [REDACTED] [REDACTED] [REDACTED]			



1.8 SISTEMAS DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

	Indicador	Padrão de conformidade	Primeira verificação	Segunda verificação
1.8.1	Sistema Nacional de Bens Apreendidos – SNBA	Os bens devem ser cadastrados pelo servidor até o último dia útil do mês seguinte ao da distribuição do processo ou do procedimento criminal em que houve a apreensão	Parcialmente alimentado	Alimentado
1.8.2	Sistema Nacional de Controle de Interceptações – SNCI	As informações devem ser alimentadas pelo Magistrado com competência criminal sempre até o dia 10 do mês subsequente ao vencido	Alimentado	Alimentado
1.8.3	Cadastro Nacional de Inspeções nos Estabelecimentos Penais – CNIEP	As informações devem ser alimentadas pelo Magistrado com competência criminal sempre até o dia 10 do mês subsequente ao vencido	Alimentado	Alimentado
1.8.4	Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade – CNCIAI	As informações devem ser alimentadas mensalmente pelo Magistrado, que deverá indicar somente as alterações, inclusões e exclusões, processadas após o trânsito em julgado da sentença condenatória	Alimentado	Alimentado



1.8.6	Observações
	<p>a) Primeira verificação em 29-3-2016.</p> <p>a.1) Item 1.8.1 (Sistema Nacional de Bens Apreendidos): verificou-se que há 277 bens cadastrados no SAJ, com a situação “apreendido/sob custódia”, vinculados a processos em andamento (Em grau de recurso; Não altera a situação; Suspenso; Em andamento). Quanto aos bens cadastrados no SNBA, 505 estão com a situação “a definir”.</p> <p>a.2) Item 1.8.3 (Cadastro Nacional de Inspeções nos Estabelecimentos Penais): existe um estabelecimento penal registrado (Cadeia Pública de Lebon Régis).</p> <p>a.3) Item 1.8.4 (Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade). A consulta ao SAJ (período de 01/01/2014 a 28-3-2016) foi dividida em três classes: 1 - Ação Civil Pública, 28 - Ação Popular e 328 - Ação de Improbidade Administrativa, abrangendo as situações "em andamento", "arquivado", "suspenso", "arquivado administrativamente", "grau de recurso", "remetido a outro juízo ou entregue à parte", "remetido a outro foro" e "recebido em outro foro". Dentre as classes processuais e situações especificadas acima, a pesquisa no SAJ apontou que não existem processos passíveis de inclusão no CNCIAI do CNJ.</p> <p>b) Segunda verificação em 11-7-2016.</p> <p>b.1) Item 1.8.1 (Sistema Nacional de Bens Apreendidos): verificou-se que há 435 bens cadastrados no SAJ, com a situação “apreendido/sob custódia”. Quanto aos registros de bens cadastrados no SNBA, 348 estão com a situação “a definir”. Em consulta ao SAJ, por amostragem nos processos 0012026-34.2011.8.24.0088, 0001325-43.2013.8.24.0088, 0001218-96.2013.8.24.0088, 0001085-88.2012.8.24.0088, 0000944-98.2014.8.24.0088, verificou-se que há bens cadastrados no SNBA.</p> <p>b.2) Item 1.8.3 (Cadastro Nacional de Inspeções nos Estabelecimentos Penais): existe um estabelecimento penal registrado (Cadeia Pública de Lebon Régis).</p> <p>b.3) Item 1.8.4 (Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade). A consulta ao SAJ (período 1-1-2014 a 8-7-2014) foi dividida em três classes: 1 - Ação Civil Pública, 28 - Ação Popular e 328 - Ação de Improbidade Administrativa. Dentre as classes processuais e o período especificados acima, a pesquisa no SAJ apontou que não existem processos passíveis de inclusão no CNCIAI do CNJ.</p>



1.9 CADASTRO ÚNICO INFORMATIZADO DE ADOÇÃO E ABRIGO - CUIDA

	Indicador	Padrão de conformidade	Primeira verificação	Segunda verificação
1.9.1	Cadastro único informatizado de adoção e abrigo - abrigos (relatório de visita às entidades de acolhimento)	As informações devem ser alimentadas mensalmente pelo Magistrado (envio do relatório de visita mensal), de acordo com o art. 6º da Resolução Conjunta n. 08/2009-GP/CGJ e art. 409 do CNCGJ.	Parcialmente alimentado	Parcialmente alimentado
1.9.1.1	Observações			
	a) Primeira verificação em 29-3-2016.Existe um programa institucional de acolhimento cadastrado no sistema (Associação dos Amigos da Casa Lar Leonardo Muller Deboni). O último relatório inserido no sistema é de 5-7-2013.			
	b) Segunda verificação em 11-7-2016.Existe um programa institucional de acolhimento cadastrado no sistema (Associação dos Amigos da Casa Lar Leonardo Muller Deboni). O último relatório inserido no sistema é de 5-7-2013.			



CONSIDERAÇÕES CONCLUSIVAS

Os trabalhos da correição iniciaram-se na data mencionada nas informações preliminares, de forma remota, pela Corregedoria-Geral da Justiça.

Na primeira verificação foram consultados e emitidos diversos relatórios por meio do programa de Inspeção Virtual, Sistema de Automação da Justiça de Primeiro Grau – SAJ, SAJ Estatística, Sistemas do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e Cadastro Único Informatizado de Adoção e Abrigo/Ceja - Cuida, os quais foram enviados à unidade por correio eletrônico, juntamente com as instruções para a realização dos ajustes.

Foi concedido o prazo de sessenta dias, a partir do recebimento dos relatórios e das instruções, para que a unidade efetuasse as correções dos registros apontados, período em que a Corregedoria-Geral da Justiça permaneceu à disposição para dirimir dúvidas.

Decorrido o prazo inicial para a regularização dos registros, procedeu-se à segunda verificação, com os mesmos parâmetros da primeira, cujos dados permitiram a finalização do presente relatório.

Outrossim, deverá o relatório, sem os anexos, ser arquivado na pasta/livro de visitas e correições da unidade.

À consideração de Vossa Excelência.

Florianópolis, 13 de julho de 2016.

Perla Maria Fusinato Schappo
Assessora Técnica Correicional – Mat. 9.914

Fernanda Cittadin Baggio
Assessora Correicional - Mat. 22.690